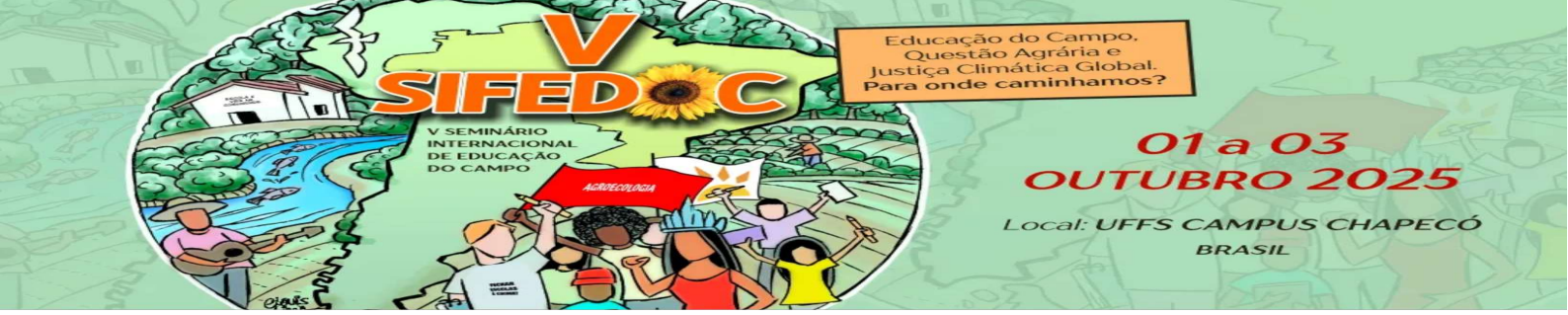


DA ENGRENAGEM AO TERRITÓRIO: A ORIGEM FABRICADA DA ESCOLA SERIADA E AS CLASSES MULTISSERIADAS COMO RUPTURA

Fernando Amorim[1]

Kriscie Kriscianne Venturi[2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Palavras-chave: Seriação escolar; Educação do Campo; Classes multisseriadas.

Introdução

A escola seriada, com seus ciclos anuais rigidamente definidos, tornou-se um modelo hegemônico e naturalizado no sistema educacional. Organizar estudantes por idade cronológica, fragmentar o currículo em séries e padronizar tempos de aprendizagem é tratado como prática pedagógica universal, embora essa estrutura seja fruto de um processo histórico e político intencional, não de uma evolução natural da educação. O modelo de escola seriada foi fabricado deliberadamente para atender a demandas de padronização, controle social e disciplinamento das populações, em sintonia com a lógica industrial dos Estados modernos.

Baseado em pressupostos de homogeneidade e ritmos de aprendizagem uniformes, opera sob uma lógica de eficiência, controle e padronização. Em contraste, o ensino multisseriado reúne alunos de diferentes idades e níveis, promovendo dinâmicas intergeracionais e currículos territorializados, em diálogo com os saberes e tempos das comunidades.

Tal dualidade reflete a disputa entre um projeto escolar normativo e excludente e uma concepção de educação emancipadora. O problema é que a seriação, concebida para homogeneização cultural e eficiência administrativa, segue replicada de forma acrítica em contextos nos quais não atende às realidades locais. Pior, como alerta Cuban (1989), a escola seriada categoriza, segrega e, como último recurso,

1 Doutor em Ensino de Ciências e Matemática/IFPR. E-mail: fernando.amorim@ifpr.edu.br

2 Mestre em Enfermagem/IFPR. E-mail: kriscie.venturi@ifpr.edu.br

elimina aqueles cujas performances e comportamentos se desviam de forma muito acentuada da norma. A história da seriação revela que ela não foi concebida para garantir o direito pleno à aprendizagem, mas para administrar corpos e condutas a serviço de interesses externos à educação.

Este trabalho tem como objetivo traçar uma linha do tempo historiográfica da seriação escolar, evidenciar seu caráter construído e problematizar as alternativas que emergem das margens do sistema. A hipótese que sustenta esta pesquisa é que a escola seriada, em sua origem e desenvolvimento, é uma tecnologia social de controle e exclusão, incompatível com projetos de educação emancipadora. Defende-se que as classes multisseriadas, longe de representarem precariedade, possuem potencial para ruptura dessa lógica, desde que compreendidas como espaços pedagógicos vinculados aos territórios e tempos das comunidades com sua função sociopolítica e pedagógica superando padronizações desnecessárias.

A justificativa para este estudo reside na urgência de repensar as formas de organização da escola pública, especialmente em contextos de Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Nestes territórios, impor a lógica seriada significa violentar tempos, saberes e modos de vida próprios, reproduzindo colonialidade pedagógica. Questionar a seriação é, portanto, passo necessário para a construção de práticas educativas comprometidas com autonomia, pertença e justiça social. Compreender esses espaços pedagógicos e analisar seus contextos para superar impasses de discussões, tendo opções políticos-pedagógicas contextualizadas nas realidades locais e como parte de políticas educacionais.

Metodologicamente, o trabalho consiste em uma revisão historiográfica crítica, apoiada em fontes clássicas e contemporâneas. A partir desse percurso, propõe-se uma análise que contribua para a crítica ao modelo seriado e para a ressignificação das experiências multisseriadas como potência pedagógica.

A fabricação histórica da escola seriada: uma linha do tempo crítica

Traçar a história da seriação escolar é fundamental para desnaturalizar um modelo hegemônico que não nasce de princípios pedagógicos emancipadores, mas de interesses históricos de controle e padronização. Organizar o ensino em séries,

concebido como avanço moderno, foi uma construção fabricada para atender às demandas dos Estados e da lógica industrial. Como destaca Cuban (1989), no início dos anos 1900, a escola em séries era a forma de organizar a educação — e assim tem permanecido, não por superioridade pedagógica, mas por sua eficácia em classificar, rotular e excluir estudantes fora do padrão.

Desde a divisão hierárquica por graus no ginásio protestante de *Stuttgart*, passando pelo sistema monitorial de Joseph Lancaster e pela escola compulsória inglesa, até o modelo prussiano e sua difusão global, a seriação emerge como tecnologia social de controle, não como via de democratização da aprendizagem. No ginásio de *Stuttgart*, no século XVI, instituiu-se o *Klassensystem*, com graus hierarquizados voltados à formação de uma elite religiosa e administrativa. Como observa Brown (1963), a nota foi concebida durante a Idade Média, no ginásio de *Stuttgart*, Alemanha, evidenciando que tal divisão visava interesses institucionais e não pedagógicos, antecipando o uso da seriação como ferramenta de gestão e disciplinamento.

Nos séculos XVII e XVIII, práticas comunitárias de educação coexistiram de forma autônoma em diversos contextos, notadamente na Inglaterra, com as *Sunday Schools* e iniciativas de autoformação popular. Organizadas em *one-room schools*, essas experiências reuniam crianças e adultos de diferentes idades em ambientes multisseriados, flexíveis e intergeracionais. Como aponta Gouvêa (2013), as *Sunday Schools* desempenharam papel central na democratização inicial da cultura letrada, oferecendo leitura e escrita a segmentos populares sem currículo fragmentado ou progressão cronológica rígida. A aprendizagem respeitava os tempos da vida comunitária, em contraste com a lógica hierárquica que o Estado começava a impor. Esse modelo evidencia que a seriação escolar não resulta de um percurso natural da educação, mas rompe com uma tradição mais orgânica e territorializada de escolarização.

Em 1793, Joseph Lancaster implantou em Londres o sistema monitorial para atender à crescente demanda por educação popular em um cenário de urbanização acelerada. Um professor coordenava grandes grupos com o auxílio de monitores, organizando o ensino por níveis de domínio, e não por idade (Gouvêa, 2013). No Brasil, como analisa Araujo (2010), o sistema monitorial também foi introduzido em vá-

rias províncias durante o século XIX, estruturando uma organização escolar que, embora flexível, já antecipava aspectos de controle e eficiência que caracterizariam a futura seriação. Embora precursor da lógica de controle, o sistema ainda permitia certa flexibilidade e práticas colaborativas. Sua eficiência administrativa e baixo custo, contudo, pavimentaram o caminho para a futura escola graduada, mais rígida e hierarquizada.

Na segunda metade do século XIX, o modelo prussiano de escola graduada, estruturado por idade, currículo unificado e avaliação estatal (Gouvêa, 2013), foi exportado para diversos países, incluindo França, Estados Unidos e, posteriormente, Brasil (Souza et al., 2013).

No contexto brasileiro, a estrutura escolar começou a se organizar de forma mais sistemática apenas no final do século XIX e início do século XX, incorporando progressivamente a divisão dos alunos por idade e série, característica das escolas graduadas, e reforçando uma lógica disciplinadora e burocrática da educação. Como observa Cuban (1989), as escolas graduadas tornaram-se o padrão global não por mérito pedagógico, mas por sua eficácia política e administrativa, marginalizando práticas comunitárias e multisseriadas — uma lógica que ainda persiste nos sistemas educacionais.

O percurso historiográfico aqui apresentado evidencia que a seriação escolar não nasceu de uma demanda pedagógica, mas de interesses estatais, industriais e ideológicos voltados à homogeneização cultural e ao controle social. No Brasil, a lógica seriada consolidou-se como padrão único e excludente, ainda hegemônico.

Nesse cenário, as classes multisseriadas resistem como espaços onde tempos, saberes e vínculos comunitários podem reemergir. Como aponta Saviani (2008), a implantação dos Grupos Escolares no início da República brasileira visava projetar uma imagem de modernização e racionalidade, mas resultou na importação acrítica de um modelo excludente e incompatível com as realidades sociais do país.

No entanto, iniciativas como o programa Escola Ativa, inspirado na Nueva Escuela colombiana, demonstram as ambiguidades desse movimento. Embora voltado para escolas do campo e para contextos multisseriados, o programa tem sido criticado por reforçar práticas padronizadas e currículos fixos, além de não promover de forma efetiva a autonomia dos educadores e o protagonismo das comunidades.

A manutenção de uma lógica seriada subjacente, mesmo em experiências supostamente alternativas, reforça a necessidade de repensar profundamente o papel das classes multisseriadas não como exceção deficitária, mas como possibilidade de construção curricular integrada, territorializada e emancipatória. Essa reflexão é fundamental para avançarmos em direção a projetos de educação enraizados nos tempos e territórios das comunidades do campo, das águas e das florestas.

Conclusão

A análise da origem fabricada da seriação escolar permite afirmar que este modelo, longe de ser fruto de uma evolução pedagógica natural, responde a interesses históricos políticos, de controle e padronização. Sua consolidação como padrão global marginalizou práticas comunitárias de aprendizagem e segue sendo reproduzida de forma acrítica em diversos contextos. Nesse cenário, as classes multisseriadas surgem como espaços de resistência e de revalorização de pedagogias vinculadas aos tempos e territórios das comunidades. Contudo, para que cumpram esse potencial emancipatório, é necessário superar modelos como o do Programa Escola Ativa, que, ainda reproduzem estruturas e lógicas da escola seriada, “fundamenta uma educação voltada a preparar para o trabalho na indústria” (Ribeiro, 2013, p. 36).

Ademais, temos a necessidade de estudos que reflitam e tragam proposições sobre escolas multisseriadas contextualizadas, desenvolvidas por meio de um processo político-pedagógico que considere as diferentes realidades e não apenas reproduções curriculares centradas apenas em conteúdos, sendo executadas de maneira a garantir à igualdade de oportunidades e respeito à diversidade do campo.

É no contexto escolar, no dia a dia, que surgem oportunidades para currículos inovadores, formações integradas e contextualizadas com a realidade do campo. Para isso, a infraestrutura física, disponibilidade de materiais, currículos diferenciados, metodologias que conversem com a realidade do campo, formação e preparação docente temos oportunidade de garantir o direito a educação de qualidade.

Como desdobramento, sugere-se o aprofundamento de pesquisas que investiguem experiências concretas de práticas pedagógicas multisseriadas

desenvolvidas em diálogo com os territórios, saberes e culturas locais no âmbito da Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Estudos que documentem e analisem currículos narrativos e intergeracionais, bem como estratégias de gestão do tempo escolar nessas experiências, podem contribuir significativamente para o fortalecimento de alternativas críticas à lógica seriada e para a construção de projetos educativos efetivamente emancipadores.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Jefferson Santos. Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método monitorial/mútuo no Brasil no Século XIX. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 4 v. 4 n. 7, p. 86 - 95, jan -jun. 2010. Disponível em: https://cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/179/105. Acesso em 29 mar 2025.

BROWN, B. Frank. The Non-Graded High School. **The Phi Delta Kappan**, vol. 44, no. 5, p. 206-209, 1963. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20342905. Acesso em 06 mar 2025.

CUBAN, Larry. The "At-Risk" Label and the Problem of Urban School Reform. **Phi Delta Kappan**, vol. 70, no. 10, p. 780-784, 799-801, 1989. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20404031. Acesso em: 05 mar 2025

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O sistema monitorial: um estudo sobre a construção histórica de um modelo escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 3, p. 11-29, 2002.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Escola compulsória inglesa: história e historiografia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 377-398, abr./jun. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v18n53/v18n53a08.pdf. Acesso em 16 abr 2025.

RIBEIRO, Marlene. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, v. 12, n. 2, p. 23-40, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2011.v12n2.2485. Acesso em 02 jun 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (organizadoras). Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.